



O jornalismo anarquista segundo seus jornalistas: um estudo de três jornais do início do século XX

Fernando Figueiredo Strongren¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o que os editores e colaboradores dos jornais anarquistas publicados no Brasil no início do século XX compreendiam pela prática do jornalismo anarquista. Para tanto, selecionamos textos que apresentem ou discutam a prática do jornalismo anarquista em três jornais, a saber, **A Voz do Trabalhador** (Rio de Janeiro, 1908-1909), **Tribuna do Povo** (Viçosa/AL, 1916-1917) e **A Plebe** (São Paulo, 1917). Nossas análises, por fim, apontam para uma compreensão do jornalismo como instrumento de conscientização do operariado, interlocutor principal dos jornais anarquistas, sem se desprender da preocupação com a veracidade dos fatos relatados.

Palavras-chave: história do jornalismo; jornalismo anarquista; A Voz do Trabalhador; Tribuna do Povo; A Plebe.

1. Introdução

Desde que desembarcou no Brasil, na segunda metade do século XIX, com os imigrantes europeus e com jovens brasileiros que tinham ido estudar na Europa, onde tiveram contato com os ideais libertários, o anarquismo foi protagonista do movimento operário brasileiro até meados da década de 1920². Segundo Maria Nazareth Ferreira

¹ O autor é licenciado em filosofia (Unesp/Marília), bacharel em jornalismo (USC/Bauru) e mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

² Edgar Rodrigues aponta como causas do fim do protagonismo anarquista no movimento operário brasileiro três fatores: a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, que arregimentou diversos militantes e líderes anarquistas no Brasil, e colocou em prática diversas ações para desestabilizar seus

(1988, p. 10), essa ligação entre o movimento operário e o anarquismo foi tão forte que deixou suas marcas não só na organização do proletariado que começava a se organizar como também no conteúdo e na forma de produção da imprensa operária no Brasil.

A proliferação da imprensa anarquista nesse período é destacada pelo número de títulos e por sua localização distribuída em todo o território nacional. Ao listar os principais veículos da imprensa operária e social brasileira, Edgar Rodrigues (1997) soma mais de 500 títulos, entre anarquistas, socialistas, de classe e sociais, publicados entre 1845 e a década de 1940. Destacando apenas a imprensa operária produzida no Brasil entre o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, Ferreira aponta a existência de “aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro” (1988, p.14), sendo que

deste total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Dos 343 títulos encontrados nesse período, sessenta eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano (FERREIRA, 1988, pg. 14).

A grande quantidade de impressos anarquistas publicados no período, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, pode ser explicada pela força que o pensamento anarquista teve no movimento operário das duas principais cidades do país. Dentro do movimento operário e social, o anarquismo no Brasil apresentou uma forte tendência sindicalista revolucionária, preconizando a autonomia do sujeito e a ação direta – boicote, greve e sabotagem – como meio de destruir a ordem burguesa e adotando o sindicato como forma de organizar a luta proletária e caminho para a Revolução Social. Assim, os

opponentes libertários; a perseguição do governo de Arthur Bernardes aos militantes, que eram expulsos ou enviados ao campo de concentração de Clevelândia, no Amapá, e aos sindicatos, que foram fechados e tiveram seus jornais proibidos de circular; e, por fim, a criação por Getúlio Vargas dos sindicatos controlados pelo Estado, de inspiração fascista (RODRIGUES, 1997).

militantes anarquistas preocuparam-se em fundar suas ligas, uniões e sindicatos, que logo faziam circular seus próprios jornais.

Com o objetivo de compreender o que os editores e colaboradores dos jornais anarquistas publicado nesse período entendiam de sua própria prática jornalística, o presente trabalho se detém sobre três jornais anarquistas publicados no Brasil nos primeiros anos do século XX, a saber, **A Voz do Trabalhador** (Rio de Janeiro, 1908-1909), **Tribuna do Povo** (Viçosa/AL, 1916-1917) e **A Plebe** (São Paulo, 1917).

A Voz do Trabalhador é fruto do **Primeiro Congresso Operário Brasileiro**, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 22 de abril de 1906, evento central no desenvolvimento do movimento operário e anarquista brasileiro. Com delegados representando 37 entidades operárias de Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, estes dois últimos sendo maioria, o congresso demonstrou o caráter anarcossindicalista do movimento operário brasileiro, que teve suas posições marcadas entre as teses aprovadas, principalmente na rejeição a proposta dos socialistas de criarem um partido e pela opção de criar a **Confederação Operária Brasileira (COB)**, inspirada na CGT francesa (HARDMAN, LEONARDI, 1991, p. 267-269).

A importância da comunicação e, em especial, do jornalismo para os militantes libertários naqueles anos também deixou sua marca no congresso operário, sendo aprovado que a propaganda deveria ser feita por diversos meios, incluindo a publicação de jornais (Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 52). O próprio congresso, junto da criação da **Confederação Operária Brasileira**, também definiu pela criação de um órgão de comunicação da confederação, cujos critérios editoriais estavam definidos nas bases do acordo da confederação:

10 – O órgão da Confederação será redigido por uma comissão escolhida entre os seus membros e pela Comissão Confederal e publicará, segundo esta ordem, de preferência:

- 1º) Informações sobre o movimento operário e associativo;
 - a) Resumo das resoluções das sociedades aderentes;
 - b) Convocação e avisos das sociedades aderentes;

- c) Artigos que a redação considerar contidos nos limites marcados pelas presentes bases de acordo, assim como redigidos de modo compreensível, e isentos de questões pessoais (Primeiro Congresso Operário Brasileiro apud HALL; PINHEIRO, 1979, p. 43).

Quando começou a circular, em 1º de julho de 1908, o jornal tinha como editor o espanhol Manuel Moscoso. Ao longo de sua primeira fase, que vai até dezembro de 1909, a periodicidade de **A Voz do Trabalhador** foi irregular, com edições quinzenais, semanais e terminando suas cinco últimas edições como um jornal mensal, quando teve uma tiragem de três mil exemplares. **A Voz do Trabalhador** só voltaria a circular três anos depois, em janeiro de 1913, quando os militantes anarquistas se organizavam para a convocação do **Segundo Congresso Operário Brasileiro**.

O jornal **Tribuna do Povo** se destaca dos demais periódicos estudados por sua posição geográfica. Lançado em agosto de 1916, o jornal foi fundado por Antonio Bernardo Canellas, então um jovem militante anarquista de 18 anos, nascido em Niterói, no Rio de Janeiro. Durante a existência de **Tribuna do Povo** foram publicadas 18 edições, sendo a última datada de 8 de janeiro de 1917. Em seu curto período de vida, o jornal passa por importantes momentos da vida local e nacional que reverberam em suas páginas, como a Primeira Guerra Mundial, a crises políticas e eleições locais. Todas comentadas nas páginas do periódico.

O terceiro jornal por nós estudado é o mais longevo periódico anarquista brasileiro e, provavelmente, o mais importante deles. **A Plebe** foi fundado em junho de 1917 por Edgard Leuenroth, experiente jornalista e militante anarquista de São Paulo, que então era responsável pelo jornal anticlerical **A Lanterna**. Segundo o próprio Leuenroth (**A PLEBE**, 9 jun. 1917, p. 1), o novo jornal era visto como uma continuidade de **A Lanterna**, na busca por ampliar seus campos de ação, indo para além do combate ao clericalismo, incluindo entre seus alvos o Estado, a burguesia e o militarismo.

Este movimento de mudança identificado por Leuenroth estava alicerçado no período de intensa agitação operária, que levou a Greve Geral de 1917, apresentada por Cristina da Silva Roquette Lopreato (2000) como marco histórico na constituição da

classe operária no Brasil. Com uma onda de greves que agitavam a capital paulista desde maio daquele ano, o levante operário contra as péssimas condições de trabalho, de vida e salário tiveram seu ápice um mês depois da publicação da primeira edição de **A Plebe**, quando em 12 de julho eclodiu a Greve Geral que parou a capital paulista por cinco dias e colocou o jornal e seus colaboradores como peça central do movimento.

Em sua primeira fase, que vai de 9 de junho e 8 de outubro de 1917, em um total de 19 edições e um suplemento do dia 15 de setembro, o jornal não só acompanhou o movimento operário paulistano, como foi palco de análises sobre o movimento grevista e meio de informação sobre seus reflexos, seja entre o operariado paulistano ou em outras regiões do Brasil. Após essa primeira fase, **A Plebe** volta a circular poucos meses depois e segue até 1951, com interrupções devido a perseguição política e policial, empastelamentos e outras dificuldades, que não impediram que o jornal chegasse a contar com edições diárias em 1919.

Para nossas análises, buscamos nas edições dos jornais estudados textos onde são apresentados ou discutidos a prática do jornalismo anarquista. Como ficará claro, essas discussões têm lugar privilegiado nos artigos de fundo que abrem a primeira edição dos três jornais. Sendo esse espaço reservado para a apresentação do novo veículo, os editores acabam por explicitar a posição ideológica do jornal e também sua compreensão da função de um jornal como instrumento de uma posição ideológica revolucionária.

2. A Voz do Trabalhador (1908-1909)

Como órgão oficial da **Confederação Operária Brasileira**, o jornal possuía uma estreita relação com a associação operária, tendo sua comissão editorial composta por delegados indicados pela comissão confederal e subordinados à assembleia da **COB**. Devido as dificuldades do movimento operário no período, a assembleia da **COB** nunca chegou a se reunir durante a primeira fase de **A Voz do Trabalhador**, o que limitou a avaliação anual pela assembleia do conteúdo publicado no jornal, como previsto

nas bases do acordo que fundou a confederação (HALL; PINHEIRO, 1979). Porém, a proximidade ideológica entre o jornal e a confederação é evidenciada em diversos momentos, em que os objetivos de um e de outro apresentam-se similares.

Como se mostrou de praxe entre os jornais anarquistas por nós estudados, o artigo que abre a primeira edição do jornal é utilizado para apresentar os objetivos do veículo e sua filiação ideológica. Diferente de **Tribuna do Povo** e **A Plebe**, expressamente anarquistas, **A Voz do Trabalhador** se apresenta como sindicalista revolucionário, uma vez que a confederação tinha o objetivo maior de agregar todas as associações operárias de cunho revolucionário, fossem elas de tendência anarquista, socialista ou sindicalista. Apesar disso, como apontam Hardman e Leonardi (1991, p. 267-269), a confederação e, conseqüentemente, seu jornal eram regidas pela influência do pensamento anarquista no seio do movimento operário, rejeitando, por exemplo a luta política.

Desta forma, **A Voz do Trabalhador** se apresenta como órgão de “uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário” (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1), que vem agitar o proletariado para que este deixe a indiferença e conformidade com a condição em que vive e lutar em prol das reivindicações dos operários. Com essas palavras, o jornal logo se coloca não como um mero meio de informação, mas como um instrumento de combate contra o capitalismo.

Tal como a **COB**, o jornal aponta que para alcançar seu objetivo de emancipação dos trabalhadores adota como método de luta o sindicalismo revolucionário, considerada a base para o novo regime social baseado nas organizações de produtores-consumidores (sindicatos). **A Voz do Trabalhador** surge, portanto, como porta-voz da classe operária e como meio de propagar os métodos de luta revolucionários. Segundo os editores:

A obra que um jornal nestas condições realizaria, seria de grandes benefícios para o movimento operário. Retiraria da indiferença alguns camaradas, fortaleceria suas convicções, interessaria os tímidos e simpatizantes assim como

daria impulso ao movimento associativo (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1).

Em um outro artigo, intitulado “Trabalhadores!”, o conselho editorial apresenta de forma direta os objetivos do novo jornal:

A Voz do Trabalhador será o baluarte defensor das reivindicações proletárias, o eco dos clamores dos que sofrem as consequências duma organização social baseada na desigualdade e injustiça. **A Voz do Trabalhador** combaterá sem trégua nem descanso as injustiças e vexações de que somos vítimas, todas as tiranias que sofremos da parte da classe capitalista, para quem o lucro e a sede de ouro está acima de tudo. **A Voz do Trabalhador** procurará sacudir a apatia em que o proletariado vive submergido, despertando nele o sentimento de dignidade, mostrando-lhe a situação abjeta em que se acha, as baixezas a que se submete pela sua ignorância de tudo quanto o cerca, a necessidade urgente de tentar de se libertar da condição de escravo em que atualmente vive (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 2).

Na mesma edição tomamos conhecimento mais detalhado de quem seriam esses inimigos da classe trabalhadora segundo a **COB**. Negando o discurso xenófobo, o jornal afirma:

É necessário que o operariado brasileiro compreenda que o seu inimigo não está fora do Brasil, que seu inimigo não é o estrangeiro, mas o capitalista, o burguês, o militar, o padre e todos os sustentáculos da iniqua organização da atual sociedade, e que esses inimigos os temos aqui dentro do Brasil, como estão em todas as partes, competindo aos operários como principais vítimas, preparar-se para lhes dar combate aqui, ao par que nossos companheiros, os operários das outras nações, fazem o mesmo nos seus respectivos países (**A Voz do Trabalhador**, 1 jul. 1908, p. 1).

Nessas duas passagens encontramos elementos que justificam os critérios editoriais de **A Voz do Trabalhador**. Em primeiro lugar, o jornal se coloca como meio de informação das reivindicações da classe proletária, enquanto vítima da sociedade capitalista. Como podemos observar na leitura do jornal, este critério editorial surge com a publicação de artigos sobre a condição de vida do operariado, com os editores posicionando-se sempre ao lado deste. Ao longo das edições, seus principais adversários serão o sistema capitalista, a burguesia, o militarismo e o clericalismo. Também será presença constante a posição internacionalista do movimento operário e anarquista, com artigos sobre o movimento operário em diversos países, como Argentina, Espanha, Portugal,

Estados Unidos, Itália, Suíça, França, entre outros. Em seguida, **A Voz do Trabalhador** se coloca com o objetivo de auxiliar na organização do proletariado, tanto em nível nacional, como internacional, divulgando informes de associações operárias e atuando pela promoção de atos e congressos operários.

É importante destacar que essas ações não aparecem dissociadas uma das outras, mas como um conjunto interligado de fatores que precisam ser combatidos. Assim, um artigo que verse sobre o apoio dado por um padre de Varginha (MG) ao candidato à presidência Hermes da Fonseca tece críticas ao clericalismo, ao militarismo e a política institucional, citando ainda a repressão que os republicanos paulistas – que se opunham à candidatura do marechal – impunham ao movimento operário (**A Voz do Trabalhador**, 9 dez. 1909, p. 2). Nem mesmo as notícias vindas do exterior são objetos de diferenciação segundo os critérios do jornal. Apesar de presentes em menor medida, é comum que uma mesma seção traga notas sobre o movimento operário no Brasil e no exterior usando apenas subtítulos como elemento de distinção.

O fato de se colocar como órgão de uma coletividade, isto é, os associados à **COB**, dá ao jornal **A Voz do Trabalhador** uma outra característica que define seu funcionamento: o de tribuna livre do proletariado. A ideia do jornal como uma tribuna livre do trabalhador está presente também em outros jornais operários e anarquistas de maior abrangência, como é o caso de **A Plebe**, mas é no órgão oficial da **COB** que tal função ganha centralidade. Assim, o jornal se apresenta da seguinte forma em seu expediente publicado na quinta edição:

A Voz do Trabalhador não é um órgão de critério estreito e dedicado exclusivamente aos assuntos de classe. Ele é uma tribuna ampla e livre da qual os operários poderão expor e defender os ideais que comovem o mundo e impulsionam a humanidade a caminho da maior perfeição possível (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 4).

Essa posição reflete no grupo de colaboradores do jornal, onde ao lado de nomes mais regulares, como Amaro de Matos (7 artigos), Antonio Moreira (4 artigos), Ivan (5 artigos), Joaquim de Matos (5 artigos), José Martins (9 artigos), Manuel Mosco-

so (12 artigos)³ e Ulisses Martins (4 artigos) e diversos artigos sem assinatura, são publicados artigos de colaboradores cuja participação se restringem a uma e, quando muito, duas participações, com artigos de denúncias ou opinativos sobre o movimento operário. Nos casos desses colaboradores esporádicos, é comum o uso de pseudônimos, tal como Zig-Zag, Lobo, Jagunço e Esoj Oremor, abreviações de nomes ou a assinatura designar a profissão do autor, como Um canteiro, Um padeiro, Um sapateiro ou Os operários. Por fim, também está presente a publicação de artigos assinados pelos secretários das associações de classe ou pela comissão de operários formada pela ocasião de uma greve ou movimentação.

3. Tribuna do Povo (1916-1917)

O editor de **Tribuna do Povo**, Antonio Bernardo Canellas, também usa do artigo que abre seu jornal para apresentar sua concepção sobre o jornalismo. Com o título “O que somos e ao que viemos”, o texto afirma que o jornal não dará espaço para denúncias infundadas e ataques contra partidos ou personalidades, propondo uma conduta pautada pela evolução política, moral e social de Viçosa (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1). Com essas palavras, o editor não quer dizer que evitará o confronto político, como fica claro em seus embates e críticas ao sistema político vigente ao longo das edições, mas afirma que a **Tribuna do Povo** não é um jornal voltado para difamar organizações políticas ou pessoas, mas que visa trazer conteúdo que agregue novos valores políticos, morais e sociais.

Essa posição demonstra que apesar da vinculação primeira com os ideais anarquistas, o jornalismo praticado por jornalistas-militantes como Canellas não renunciava à ética jornalística, que prega o compromisso com a verdade dos fatos. Mais do que ilustrar a prática do jornalismo anarquista, a preocupação ética demonstrada por Canellas

³ Nesta conta entra um comentário assinado por Moscoso publicado em seguida do texto “A Verdade” (**A Voz do Trabalhador**, 22 nov. 1908, p. 2-3), no qual o autor critica a postura do editor do jornal na cobertura do caso de uma greve nas docas de Santos.

contribui também para a reflexão sobre o jornalismo contemporâneo, em um momento no qual a falta de ética e o sensacionalismo na cobertura noticiosa voltam ao debate acadêmico, profissional e social, o jornalismo de **Tribuna do Povo** reforça a ideia que o compromisso ético deve ter a primazia no discurso noticioso, independente de posições ideológicas.

Junto do compromisso ético, o artigo de apresentação do novo jornal de Viçosa explicita também, como todo jornal anarquista, sua aliança com os trabalhadores por melhores condições de vida.

Ocupar-nos-emos de todos os assuntos econômicos que possam interessar a vida a prosperidade das classes laboriosas. Estas sempre encontrarão na “Tribuna do Povo” um apoio decidido e incondicional. As classes laboriosas vivem sob um regime tirânico e antinatural. Não se eleva uma única voz em sua defesa, nem no seio do Congresso, nem nas colunas da imprensa burguesa. O seu sofrimento é indiferente àqueles que deviam, por efeito das doutrinas que pregam, interessar-se em descobrir as causas do aviltamento acabrunhador em que jaz os que tudo produzem (**Tribuna do Povo**, 17 ago. 1916, p. 1).

Em dois artigos publicados na última edição do jornal podemos compreender melhor a função do jornalismo para Canellas. Na página 3 da edição do dia 8 de janeiro de 1917, um artigo sem título traz uma réplica da **Tribuna do Povo** sobre a resposta dos editores da revista **Albor**⁴ às críticas publicadas na edição anterior sobre a descompostura que reinava nas oficinas da revista. A resposta de Canellas logo caminha para uma crítica ao jornalismo praticado pela **Albor**, afirmando que antes de se publicar qualquer notícia faz-se necessário realizar uma “sindicância rigorosa”.

Se assim fosse, os colegas de “Albor” não teriam intitulado de “A Verdade” o que lhes soprou o sr. Luiz Galdino, “digno comissário de polícia”, a respeito do conflito do engenho Bonito. O “Albor” fez tal sindicância rigorosa para dizer que aquilo é que é a verdade? A verdade que o editorial de “Albor” expediui é uma verdade enevoadada pelo incenso, é uma verdade coada através da

⁴ A revista literária **Albor** foi lançada em outubro por Pedro Motta Lima e Ovidio Edgard. O novo periódico de Viçosa é saudado e elogiado em diversos momentos nas páginas da **Tribuna do Povo**, mas as divergências ideológicas entre ambas publicações tornam-se acirradas a partir das críticas feitas contra Rodrigues Macedo, que assina a coluna “Questões Sociais” em **Albor**, a partir do número 11 do jornal de Canellas (**Tribuna do Povo**, 15 nov. 1916, p. 2).

preocupação de ser agradável a este ou àquele (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

Logo em seguida, em um artigo intitulado “Não queremos mais reportagens!”, o jornal dá continuidade aos problemas referentes a cobertura jornalística do caso do engenho Bonito, publicado na seção “Canhenho policial” na edição anterior (**Tribuna do Povo**, 30 dez. 1916, p. 4), e que foi um dos fatores que levou ao fechamento do jornal. No artigo é relatado que a seção dedicada aos casos policiais estava suspensa por ordem do comissário de polícia, a quem não agradou que a **Tribuna do Povo** tivesse relatado a versão dos presos no caso do engenho Bonito.

Há dias fomos, como de costume, à sede do comissariado indagar das ocorrências policiais a fim de noticiá-las. Aí tivemos ciência do conflito que se travara no engenho “Bonito”. Procuramos detalhes e, de entre várias versões, tomamos como exata a que partiu dos presos. Procuramos o subcomissário, sr. J. Tenório, que estivera envolvido no conflito e, não o achando, deliberamos cingir-nos a versão partida dos presos. Publicada a notícia, os nossos policiadores puseram-se em sobressalto: Que! Então a “Tribuna” tivera o arrojo de dar curso a uma versão que não fosse a proferida pelos lábios policia-cos? Decididamente, isso não podia continuar! E vai daí o comissário chamou-nos para dizer-nos muito policialmente que “não queria mais reportagens!” (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

O relato dos fatos que deram fim à seção “Canhenho policial” conclui negando que, diferente do que desejam as autoridades, as notícias não devem ser publicadas com o pretexto de elogiar coronéis, comissários e políticos, mas que “nós, porém, achamos que cada notícia devia ser objeto de um estudo sobre a má organização da sociedade” (**Tribuna do Povo**, 8 jan. 1917, p. 3).

A cobertura do caso do Engenho Bonito evidência mais uma vez a preocupação de Canellas com a verdade no jornalismo. Esta verdade viria, como mostra a crítica ao **Albor**, por uma apuração dos fatos que vai além do relato oficial, apresentado pela autoridade policial ou política. Ela demanda um trabalho investigativo, buscar fontes diferenciadas – como os detidos – e não deixar-se vencer pela intimidação e censura. Para Canellas, a verdade que o jornalismo traz à tona é elemento que evidencia os males sociais e, conseqüentemente, reforça em seus leitores a importância de uma mudança na organização social.

Em outro momento, Canellas também dá mostras de como o pensamento anarquista molda a prática jornalística. Em “Uma explicação que se impõe”, o redator responde aos comentários de que o jornal estaria atuando em favor de algum dos grupos políticos da cidade no momento em que as eleições se aproximavam. Tomando a decisão de não publicar mais os fatos eleitorais, apesar de “como órgão de informações, a ‘Tribuna’ deve registrar todos os acontecimentos locais” (**Tribuna do Povo**, 16 dez. 1916, p. 1). Tal posição é melhor explicada na edição seguinte, em uma resposta à uma carta que receberam criticando a posição do jornal:

O formidável missivista estranha que “sendo a ‘Tribuna’ um órgão dos interesses do povo não devia silenciar sobre a política que tão altamente interessa ao povo”. Nós, porém, pensamos que o povo nada lucrará [ilegível] este ou aquele candidato, pois governo (seja qual for o seu rótulo) significa privilégios, opressão e é justamente na extinção destes males que estão os interesses do povo (**Tribuna do Povo**, 23 dez. 1916, p. 3).

Ao observarmos o conteúdo publicado nas 18 edições de **Tribuna do Povo** notamos o esforço de Canellas em materializar esses ideais de jornalismo em um discurso que parte dos acontecimentos sociais e políticos em busca de suas verdadeiras causas e consequências. Esta primazia do fato, no entanto, não desvincula o discurso jornalístico da **Tribuna do Povo** da ideologia anarquista, promovendo um discurso marcado pelo cruzamento entre os acontecimentos cotidianos com a visão de sociedade libertária.

4. A Plebe (1917)

Ao apresentar seu novo jornal, Edgard Leuenroth traça uma diferenciação entre os jornais tradicionais e os “jornais de vanguarda” ou a “imprensa avançada” – no qual se incluía **A Plebe** – afirmando que estes tinham a missão “delicada de orientar o povo, hoje à mercê da perseverante ação danosamente mistificadora dos jornais ao soldo dos dominadores da época” (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1). Apesar de rápida e pouco discutida, tal afirmativa do tipógrafo anarquista demonstra a percepção da importância do jornalismo na organização social, atuando esse com um guia da sociedade.

Tal como os demais jornais estudados, o artigo de fundo que abre **A Plebe** apresenta o novo periódico como porta-voz dos trabalhadores de todo o país.

Vem este jornal ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazônia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do subsolo, nos ergástulos industriais ou nos ínvios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulência os ladrões legais que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou, como aves de paina, aportaram em outras paragens (**A Plebe**, 9 jun. 1917, p. 1).

Colocar-se ao lado do operariado, contrário ao sistema político e crítico costuma do clericalismo, do militarismo e da força policial por meio de um jornal semanal também trazia dificuldades pelos quais os jornalistas-militantes estavam dispostos a enfrentar, como nos mostra Roberto Feijó, em uma de suas notas publicadas na coluna “Comentários de um plebeu”. Ao relatar o lamento de um amigo ao saber que o advogado escrevia para um jornal semanal, “que não dá nome, nem glória, dizem, e perde-se tempo” (**A Plebe**, 9 jul. 1917, p. 2), Feijó responde:

Piedosamente disse então a este amigo, que lera **A Plebe** em anúncio, o que este jornal, publicado uma vez na semana, representa como sacrifício e audácia, as suas ideias, o seu programa, a sua vida. Expliquei-lhe que se tratava de um jornal de vanguarda, preconizando uma ordem social radicalmente diversa da que existe; disse-lhe os perigos que correm tanto os seus redatores como seus colaboradores; elucidiei sobre o fim imediato da missão que o jornal se propõe, que é esclarecer e orientar o operariado, ajudando-o a emancipar-se da servidão a que o regime burguês o sujeita; demonstrei-lhe, por fim, que um jornal destes é o fruto de muitas vontades desinteressadas, do concurso de inúmeros indivíduos pobres que para ele concorrem com o seu tostão tirado a um salário já de si insuficiente e mesquinho. [...] Como detalhe, acrescentei que, bem-aventuradamente, os nossos jornais são os únicos que não têm nem aceitam subvenções, porque os socialistas, quando são diários, têm-nas sempre ou quase sempre (**A Plebe**, 9 jul. 1917, p. 2).

Por fim, encontramos em uma matéria sobre a Revolução Russa, publicada na sétima edição do jornal, informações sobre como os editores de **A Plebe** compreendiam a construção da notícia, em especial quando relata fatos de um país tão distante e desconhecido como a Rússia. O texto, com mais de três colunas de extensão, começa com a

constatação da dificuldade em se colher documentos e depoimentos verdadeiros sobre a situação interna de cada país. Desta forma, afirma que “o que podemos fazer é colher aqui e ali, uma ou outra manifestação pessoal ou coletiva, **naturalmente favorável – mais ou menos favorável – à orientação que desejaríamos ver seguida** pelo movimento que se desencadeou” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2, destaques nossos). Apesar de reconhecer a imperfeição de tal processo, o jornal reconhece que, “feitas estas reservas [que todos os partidos e aspirações podem encontrar material que apoiam sua posição], **convêm e é natural que cada um ponha em relevo o que mais satisfaz os seus interesses ou ideais**” (**A Plebe**, 28 jul. 1917, p. 2, destaques nossos).

Ao admitir, como destacado nas citações anteriores, a naturalidade do recorte ideológico sobre os fatos em busca de satisfazer os interesses e ideias de cada jornal, os editores de **A Plebe** evidenciam sua crença no jornalismo como um elemento crucial da formação de consciência e construção de ideias, isto é, um espaço público constituído por diversas vozes (diferentes jornais) que buscam mostrar aos seus leitores o mundo sob o seu ponto de vista, atraindo-os para seu campo ideológico e orientando para uma determinada forma de agir sobre o mundo.

5. Considerações finais

Seja fruto do trabalho de uma associação de classe, de um grupo de militantes ou do trabalho dedicado de um único militante, o jornalismo anarquista esteve presente em todo o território nacional no início do século XX, com mais de 300 títulos publicados. Neste trabalho, nos detivemos sobre três títulos que representam um pouco essa diversidade de práticas jornalísticas libertárias – **A Voz do Trabalhador**, publicado no Rio de Janeiro, entre 1908 e 1909, **Tribuna do Povo**, semanário de Viçosa, Alagoas, publicado entre 1916 e 1917, e **A Plebe**, importante periódico anarquista paulista do ano de 1917 – com o objetivo de compreender o que é o jornalismo anarquista segundo os editores e colaboradores destes mesmos jornais.

Nossas análises, cujo objeto empírico foi o próprio discurso publicado nos jornais, nos permitem compreender que a prática do jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do século XX era tido como um instrumento de formação da classe operária em prol da revolução social, construindo um discurso que fomentava a organização em sindicatos, a luta de classes e o enfrentamento à exploração social promovida pela ordem capitalista, política, clerical e militar vigente no Brasil.

Essa preocupação com a formação do operariado, somado a sua opção de não atuar por meio da ação política, coloca o trabalhador como principal interlocutor dos jornais anarquistas. Desta forma, os jornais apresentam um discurso sobre o trabalhador, para o trabalhador e, na maioria dos casos, produzido por trabalhadores.

Por fim, destacamos que apesar do explícito elemento ideológico dos jornais anarquistas, notamos no discurso sobre o jornalismo anarquista produzido pelos jornais estudados a questão da verdade dos fatos é apontada como fundamental no discurso jornalístico e que esta só é alcançada a partir de um processo de “investigação” e coleta de informações diversas.

Referências

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **A classe operária no Brasil, 1889-1930: Documentos**. Volume 1: O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume, 2000.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianópolis: Insular, 1997.

Fontes

A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro: [s. n.], 1908-1909. Irregular.

Tribuna do Povo. Viçosa, AL: [s. n.], 1916-1917. Semanal.

A Plebe. São Paulo: [s. n.], 1917. Semanal.